



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM 02/2005

Nome: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Instruções

- Leia cuidadosamente cada uma das questões, escolha a resposta correta (**A, B, C** ou **D**) e assinala-a **à tinta** na **folha de respostas**.
- Para cada questão existe apenas **uma** resposta correta. Responda a todas as questões.
- Os candidatos não poderão efetuar qualquer tipo de consulta.
- Iniciada a prova, os candidatos não poderão mais fazer perguntas. Qualquer reclamação a respeito das instruções ou do conteúdo das questões somente será possível posteriormente à realização da prova, pela via adequada, à autoridade competente.
- O tempo de duração da prova é de **4 horas**.
- Verifique se este caderno contém **50** questões. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. De que forma pode um ato normativo municipal ter sua constitucionalidade questionada perante o Supremo Tribunal Federal (STF)?
- (A) Por intermédio de ação direta de inconstitucionalidade de lei.
 - (B) Somente através de recurso extraordinário em sede de controle difuso.
 - (C) Mediante recurso extraordinário em sede de controle incidental e de arguição de descumprimento de preceito fundamental pela via direta.
 - (D) O STF não pode analisar a constitucionalidade de ato normativo municipal, pois quem tem essa legitimidade são os Tribunais de Justiça estaduais.
02. A repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso deverá ser demonstrada pelo recorrente
- (A) no agravo de instrumento.
 - (B) no recurso extraordinário.
 - (C) no recurso especial.
 - (D) na apelação cível.
03. No âmbito da legislação concorrente, os Estados-membros, para atender a suas peculiaridades, exercerão a competência legislativa plena na hipótese de
- (A) inexistência de lei federal sobre assuntos de interesse local.
 - (B) inexistência de lei federal sobre normas gerais.
 - (C) existência de lei federal sobre normas gerais.
 - (D) existência de lei federal sobre normas gerais e questões específicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

04. No exercício de suas funções, um servidor deu causa a um acidente. Uma vez condenada ao pagamento dos prejuízos decorrentes do evento, a Administração Pública promoveu ação regressiva em face do servidor responsável pelo dano. Acerca dessa situação, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade do servidor perante a Administração é objetiva.
 - (B) é assegurado o direito de regresso da Administração contra o responsável somente nos casos de dolo.
 - (C) é assegurado o direito de regresso da Administração contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - (D) a responsabilidade da Administração é objetiva, e, sendo assim, o direito pátrio não admite ação regressiva contra o responsável.
05. Considere as possibilidades de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos abaixo propostas.
- I - Dois cargos públicos de enfermeiro
 - II - Dois cargos públicos técnicos ou científicos
 - III - Dois empregos públicos exercidos em diferentes empresas públicas
 - IV - Dois empregos públicos, um exercido em empresa pública e outro em sociedade de economia mista
- Havendo compatibilidade de horários, quais delas são admitidas pelo texto constitucional?
- (A) Apenas I
 - (B) Apenas II
 - (C) Apenas I e III
 - (D) Apenas II e IV

06. Certa autarquia necessita adquirir um sofisticado equipamento técnico que é fornecido por apenas uma empresa. Esse caso constitui a hipótese de
- (A) inexigibilidade de licitação.
 - (B) dispensa de licitação.
 - (C) impossibilidade de contratação.
 - (D) fraude à licitação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

07. Assinale a assertiva **incorreta**.
- (A) Nos tributos cujo lançamento é por homologação, a extinção do crédito tributário ocorre no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 do Código Tributário Nacional.
 - (B) A União tem competência para instituir impostos estaduais em Território Federal.
 - (C) A União tem competência para instituir impostos municipais em Território Federal, desde que o mesmo seja dividido em municípios.
 - (D) Uma lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
08. Assinale a assertiva **incorreta**.
- (A) A presunção de fraude é absoluta nas hipóteses de alienação de bens, por sujeito passivo em débito com a fazenda pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa.
 - (B) O Código Tributário Nacional autoriza que a determinação pelo juiz da indisponibilidade de bens e direitos de devedor tributário, preenchidos os demais requisitos, poderá ser realizada por meio eletrônico aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens.
 - (C) Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do bem gravado.
 - (D) A lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.
09. Em relação ao lançamento, assinale a assertiva correta.
- (A) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado por decisão judicial transitada em julgado.
 - (B) A atividade administrativa de lançamento é discricionária.
 - (C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador, aplicando-se a lei então vigente, desde que não tenha sido revogada posteriormente.
 - (D) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

DIREITO COMERCIAL

10. Com relação ao Direito de Empresa, regulado no Código Civil, assinale a assertiva **incorreta**.
- (A) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa.
 - (B) É facultado aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, mesmo que tenham se casado no regime da comunhão universal de bens.
 - (C) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
 - (D) A pessoa legalmente impedida de exercer a atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.

11. André, Beltrão e Carlos decidem constituir uma sociedade empresária do tipo limitada, em que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. O capital social ficou assim dividido: André é titular de 60% das quotas da sociedade, Beltrão é titular de 26% e Carlos é titular de 14%. Nesse contexto societário, na omissão do contrato social,
- (A) o sócio André pode ceder sua participação na sociedade para terceiro, ainda que haja oposição do sócio Beltrão.
 - (B) o sócio Carlos pode ceder sua participação na sociedade para André, ainda que haja oposição do sócio Beltrão.
 - (C) os sócios André e Carlos podem aprovar a operação de fusão da sociedade com outra, ainda que haja oposição do sócio Beltrão.
 - (D) os sócios André e Carlos podem aprovar a modificação do contrato social, ainda que haja oposição do sócio Beltrão.

12. Em 05.08.04, Leandro emitiu uma nota promissória no valor de R\$ 900,00 em Porto Alegre e entregou-a para Joana, que endossou o título em preto para Cristina. No dia 21.09.04, Cristina apresentou o título para Leandro, que não pagou. Com base nesses dados, assinale a assertiva correta.
- (A) O título é nulo porque nele não constou a data de vencimento.
 - (B) Cristina somente poderá cobrar o título de Joana se comprovar que Leandro não possui patrimônio suficiente para adimplir a obrigação.
 - (C) Cristina poderá interpor ação executiva contra Joana no prazo de 1 ano, a contar da data do protesto feito em tempo útil, se comprovar que Leandro não pagou.
 - (D) Cristina poderá interpor ação executiva contra Leandro no prazo de 3 anos, a contar da data do protesto feito em tempo útil.

DIREITO INTERNACIONAL

13. Dois Estados firmaram, em um tratado, a concessão de favores mútuos, em que cada um garante ao outro a aplicação de uma alíquota privilegiada do imposto de importação. Caso, no futuro, um deles venha a conceder uma tributação ainda mais baixa para outros Estados, não participantes deste acordo específico, o co-pactuante terá direito imediato a igual benefício, configurando a aplicabilidade do(a)
- (A) princípio do tratamento nacional.
 - (B) obrigatoriedade do limite tarifário.
 - (C) cláusula da nação mais favorecida.
 - (D) eliminação das restrições quantitativas.

14. Em relação ao procedimento de extradição no Brasil, assinale a assertiva **incorreta**.
- (A) O fato delituoso determinante do pedido há de estar sujeito à jurisdição penal do Estado requerente, que pode, eventualmente, sofrer a concorrência de outra jurisdição, inclusive a brasileira.
 - (B) O Brasil se habilita, nos termos do art. 7º do Código Penal, a julgar crimes praticados por brasileiro no exterior, caso em que não se procederá à extradição de brasileiro.
 - (C) A extradição pressupõe crime comum, não se prestando à entrega forçada de delinqüente político.
 - (D) O fato determinante da extradição será, necessariamente, um crime de direito comum, de certa gravidade, estranho à jurisdição do Estado brasileiro, sujeito à jurisdição do Estado requerente e de punibilidade não extinta no curso do tempo.

15. Sobre os Painéis de Especialistas da OMC, assinale a assertiva correta.
- (A) Consistem na intervenção de um mediador com o objetivo de encaminhar a solução da pendência entre as partes.
 - (B) Têm como objetivo simplesmente esclarecer os fatos mediante um relatório.
 - (C) Constituem um mecanismo de solução de controvérsias em que as partes envolvidas buscam diretamente a solução, sem intervenção de terceiros.
 - (D) Distinguem-se da investigação, pois não se limitam à elucidação dos fatos que geram a controvérsia, mas adentram na análise de direitos e obrigações das partes.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

16. Assinale a assertiva correta.
- (A) A anulação do casamento de menor que não atingiu a idade núbil não é passível de confirmação.
 - (B) São de natureza prescricional os prazos para a anulação do casamento.
 - (C) O casamento nulo, em nenhuma hipótese, produzirá efeitos.
 - (D) Não é passível de anulação por motivo de idade o casamento de menor em que sobreveio gravidez.
17. Assinale a assertiva correta.
- (A) Para a alienação onerosa ocorrida em hasta pública, prevalece a garantia da evicção.
 - (B) A garantia dos vícios redibitórios não subsiste para os contratos de doação de qualquer espécie.
 - (C) O contrato preliminar deve ser feito da mesma forma que o contrato definitivo.
 - (D) Nos contratos de adesão, a interpretação será sempre em favor do aderente.

18. Em relação aos contratos, assinale a assertiva correta.
- (A) A venda feita por ascendente a descendente é nula segundo o Código Civil.
 - (B) Será nula a doação sem reserva de renda suficiente para o doador.
 - (C) O comodato perfaz-se sem a tradição do objeto.
 - (D) Nos contratos de empreitada, é de 5 anos o prazo de garantia, devendo ser proposta a ação neste período.

19. Assinale a assertiva correta.
- (A) Ocorrendo a impossibilidade do objeto, dar-se-á necessariamente a nulidade do negócio jurídico.
 - (B) O dolo do negócio jurídico será sempre causa de sua anulação.
 - (C) O estado de perigo, ao contrário da lesão, pode ser invocado em contratos não sinalagmáticos.
 - (D) O pagamento de um credor em detrimento de outro, pelo devedor, faz presumir a fraude a credores.
20. Em relação à prescrição e à decadência, assinale a assertiva correta.
- (A) O protesto cambial interrompe a prescrição.
 - (B) Não tendo sido alegada no primeiro grau, a prescrição não poderá ser invocada pela parte.
 - (C) O benefício da interrupção da prescrição pode ser alegado apenas duas vezes.
 - (D) Os prazos prescricionais podem ser alterados pelas partes.
21. A respeito da ação ordinária de cobrança de dívida, assinale a assertiva correta.
- (A) Face ao princípio da demanda, presentes os requisitos para a antecipação de tutela, sua concessão não depende de pedido.
 - (B) Para a concessão da tutela antecipada, é imprescindível a demonstração do *periculum in mora*.
 - (C) Recurso contra sentença de primeiro grau que confirmou a antecipação de tutela será recebido no duplo efeito.
 - (D) Caso a demanda seja julgada improcedente em sede recursal (com trânsito em julgado), o autor tem a responsabilidade de indenizar eventuais prejuízos decorrentes da efetivação da antecipação de tutela.
22. Assinale a assertiva **incorreta**.
- (A) A incompetência relativa deve ser argüida através do incidente de exceção.
 - (B) Ressalvadas as exceções legais, é defeso ao juiz declarar de ofício nulidades não argüidas pela parte.
 - (C) A convenção de arbitragem não pode ser conhecida de ofício.
 - (D) A interrupção da prescrição retroagirá à data da citação.
23. Disposto a encerrar discussão sobre um determinado negócio, **A** firmou com **B** contrato de confissão de dívida, juntamente com duas testemunhas, bem como emitiu, em favor de **B**, nota promissória representativa da mesma dívida (mesmo valor, prazo, etc.), estando ela expressamente mencionada no contrato. Vencida a obrigação e impaga, o credor ajuizou execução pelo valor da nota promissória, aparelhando-a com o contrato e a própria nota promissória. Diante de tais fatos e considerando apenas os elementos apontados, assinale a assertiva correta.
- (A) A execução deve ser extinta de ofício, pois não é possível instruí-la com dois títulos vinculados à mesma obrigação.
 - (B) Diante da ausência de liquidez da nota promissória, deve o processo ser convertido para o rito da ação monitória, oportunizando o aproveitamento das custas.
 - (C) Deve a demanda ser convertida para o procedimento ordinário, sendo assim possível a cumulação de pedidos.
 - (D) A execução está em ordem, devendo ser determinada a citação de **A**.
24. Sobre ações possessórias, assinale a assertiva **incorreta**.
- (A) O prazo para contestar, quando houver justificação prévia, conta-se da efetivação da medida liminar.
 - (B) Na manutenção, incumbe ao autor provar a continuação da posse, mesmo turbada.
 - (C) Na ação de nunciação de obra nova, o nunciante requererá cominação de pena pelo descumprimento do preceito.
 - (D) A caução para o prosseguimento da obra será prestado sempre no juízo de origem, ainda que a causa esteja no tribunal.
25. Quanto ao princípio da estabilidade da demanda e à possibilidade de alteração do pedido no curso do processo, assinale a assertiva correta.
- (A) O autor poderá alterar os termos em que foi proposta a demanda (causa de pedir e pedido) a qualquer momento, sempre com a autorização do juiz.
 - (B) O juiz poderá alterar os elementos identificadores da demanda para atender a interesse público relevante, inclusive modificando os seus termos.
 - (C) O réu deverá concordar com a alteração do pedido para que esta seja possível; em concordando, será viável a alteração em qualquer fase do processo até a sentença.
 - (D) Feita a citação, o réu deverá consentir com a modificação do pedido, não se aplicando essa regra após o saneamento do processo.
- DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**
26. **A**, comerciante, pensando equivocadamente que **B** era o autor de um delito de furto que recém havia sido praticado contra seu estabelecimento comercial, tenta prendê-lo em flagrante. Apesar dos esforços de **B** em explicar que não era a pessoa que estava sendo procurada, **A**, ainda assim, obriga-o a entrar em seu veículo a fim de conduzi-lo a uma delegacia de polícia para a lavratura do flagrante. Diante disso, **B** agride **A**, causando-lhe lesões corporais leves, e foge. Uma vez provocadas tais circunstâncias, é correto afirmar que
- (A) **B** atuou em legítima defesa e **A**, em exercício regular do direito.
 - (B) **B** atuou em legítima defesa e **A**, em putativo exercício regular do direito.
 - (C) **B** atuou de maneira ilícita, mas **A**, em exercício regular do direito.
 - (D) **A** e **B** atuaram de maneira ilícita.
27. **A**, testemunha ouvida em Comissão Parlamentar de Inquérito, imputa a **B**, deputado federal, o fato de ter ilegalmente recebido valores de empresas a fim de deixar de praticar ato de ofício. Irresignado com a ofensa à sua honra, **B** adota as providências cabíveis para que **A** seja processado criminalmente pela prática de calúnia. Durante o processo, apesar de ter sido demonstrado que os fatos imputados por **A** eram falsos, fortes elementos probatórios indicam que ele, naquela ocasião, tinha motivos suficientes para acreditar que fossem verdadeiros. Esse caso constitui hipótese de
- (A) erro de tipo incriminador.
 - (B) erro de tipo permissivo.
 - (C) erro de proibição.
 - (D) erro mandamental.

28. Assinale a assertiva incorreta.

- (A) Apesar de o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) não contemplar o perdão judicial para o delito de homicídio culposo de trânsito, admite-se a possibilidade de aplicação analógica do perdão judicial previsto para o delito de homicídio culposo no Código Penal (art. 121, § 5º).
- (B) A Lei nº 11.106, de 28.03.05, revogou a possibilidade de o casamento da vítima com o autor de crimes contra os costumes extinguir a punibilidade do delito (art. 107, inc. VII, do Código Penal). Nesse caso, se um estupro tivesse sido praticado em 13.03.05, o casamento do autor com a vítima continuaria extinguindo a punibilidade, ainda que posterior à vigência da referida lei.
- (C) A Lei nº 11.106, de 28.03.05, revogou a majorante de $\frac{1}{4}$ da pena para o caso de o autor de um crime contra os costumes ser casado (art. 226, inc. III, do Código Penal). Nesse caso, se o autor de um estupro tivesse sido condenado irrecorrivelmente, em 2003, à pena de 6 anos de reclusão, exasperada em 1 ano e 6 meses por força do art. 226, inc. III, o juiz da execução penal não poderia, após a entrada em vigor da referida lei, recalcular a pena do condenado para o fim de excluir o aumento referido.
- (D) A Lei nº 10.741, de 01.10.03 (Estatuto do Idoso), incluiu o inc. III no art. 183 do Código Penal, proibindo que, nos crimes patrimoniais praticados contra cônjuge na constância da sociedade conjugal, ascendente ou descendente, haja isenção de pena quando a vítima tiver idade igual ou superior a 60 anos. Nesse caso, o neto que furtou dinheiro do avô de 63 anos poderá continuar contando com a isenção de pena se o crime for anterior à vigência da referida lei.

29. Assinale a assertiva correta.

- (A) **A**, advogado, recebe R\$ 20.000,00 em pagamento de honorários contratuais advocatícios. Objetivando não informar tais valores em sua declaração de imposto de renda, **A** deposita-os na conta-corrente de **B**, faxineira de seu escritório, aplicando-os em fundo de renda fixa. Tal conduta tipifica os delitos de sonegação fiscal e de lavagem de dinheiro.
- (B) **A**, estudante de Informática, objetivando lucro fácil, desenvolve, a pedido de **B**, funcionário do Banco XYZ, um programa de computador apto a facilitar o desvio de valores pertencentes a correntistas da agência onde **B** exerce suas atividades. Uma vez executado o desvio por **B**, **A**, apesar de não ser considerado funcionário público para fins penais, também poderá ser condenado por peculato.
- (C) **A**, **B** e **C**, portando armas de fogo, praticam crime de roubo contra uma agência bancária. Durante a subtração do dinheiro pertencente ao banco, **A** efetua disparos contra dois vigias que tentavam impedir o delito, matando-os. Nesse caso, **A**, **B** e **C** irão responder por delitos de homicídio qualificado e de roubo majorado pelo emprego de arma em concurso de pessoas.
- (D) **A** e **B**, objetivando lucro fácil, seqüestram a filha de um empresário e, em contato telefônico, exigem o pagamento de determinado valor como resgate. Antes de a exigência vir a ser satisfeita, **A** e **B** são presos pela polícia local, com a conseqüente libertação da menina. Nesse caso, **A** e **B** responderão pelo delito de seqüestro (art. 148 do Código Penal) em sua forma consumada.

30. Assinale a assertiva correta.

- (A) **A** estava sendo processado por crime de sonegação fiscal (art. 1º, inc. III, da Lei nº 8.137/90) porque, mediante a falsificação de notas fiscais de sua empresa, teria suprimido impostos federais e estaduais. Durante o processo, **A** paga integralmente o tributo sonegado, requerendo ao juiz da causa o reconhecimento da extinção da punibilidade, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/03. Nessa hipótese, o juiz poderá extinguir a punibilidade em relação ao delito fiscal, mas poderá condenar **A** pelo crime de falsificação de documento.
- (B) **A** estava sendo processado pela prática de 7 crimes de furto de veículos automotores mediante arrombamento (art. 155, § 4º, inc. I, do Código Penal). Ao final, foi condenado à pena de 3 anos e 3 meses de reclusão, aumentada em 1 ano e 1 mês por força da continuidade delitiva, em regime semi-aberto. No que se refere à prescrição retroativa, o prazo prescricional de tais delitos levará em consideração o total da pena imposta na sentença, computando-se, para tanto, o aumento referente ao crime continuado.
- (C) **A** está cumprindo pena total de 9 anos e 6 meses de reclusão em razão da prática, em 2002, de delitos de tráfico de entorpecentes (art. 12, *caput*, da Lei nº 6.368/76) e de roubo majorado (art. 157, § 2º, inc. I, do Código Penal). Considerando-se que o primeiro delito foi reconhecido expressamente como hediondo na sentença condenatória, o livramento condicional só poderá ser concedido após o cumprimento de $\frac{2}{3}$ do total da pena.
- (D) **A** foi condenado à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão em razão da prática do delito de roubo majorado (art. 157, § 2º, inc. I, do Código Penal). Em 13.01.99, obteve a extinção da punibilidade em razão da satisfação dos requisitos previstos no decreto de indulto natalino, editado em 1998. Em agosto de 2005, **A** é preso em flagrante em razão da prática de delito de homicídio qualificado. Em relação a tal delito, **A** não poderá ser considerado reincidente.

31. Acerca dos ementários sumulares do Supremo Tribunal Federal sobre vícios processuais, assinale a assertiva correta.

- (A) A inobservância da competência penal por prevenção não produz nulidade, pois mera irregularidade.
- (B) A atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal.
- (C) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.
- (D) A partir do princípio constitucional do livre convencimento motivado, é permitido ao Tribunal acolher, contra o réu, nulidade não argüida no recurso de apelação da acusação.

32. No julgamento das apelações, é defeso ao Tribunal, à Câmara ou à Turma

- (A) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- (B) agravar a pena, quando somente o réu houver apelado da sentença.
- (C) proceder a novo interrogatório do réu.
- (D) reinquirir testemunhas.

33. Assinale a assertiva correta.

- (A) **D** pratica o delito de homicídio doloso contra sua esposa **A** enquanto estavam de férias no Uruguai. Considerando que ambos eram brasileiros e residiam em Canoas, **D** será julgado pelo Tribunal do Júri da Justiça Federal de Porto Alegre.
- (B) Não havendo suficiente *fumus commissi delicti* para proceder ao indiciamento, a autoridade policial competente deverá determinar o arquivamento do inquérito policial.
- (C) Havendo recusa por parte do sujeito passivo em submeter-se a uma intervenção corporal de natureza probatória, poderá o juiz determinar sua condução coercitiva, desde que não coloque em risco sua integridade física.
- (D) Se **A**, na condição de deputado federal, pratica um delito de peculato, a competência especial por prerrogativa de função prevalece ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação do mandato eletivo.

34. Assinale a assertiva correta.

- (A) A expedição de carta rogatória destinada à oitiva de testemunha residente no estrangeiro acarreta a suspensão do processo e do prazo prescricional.
- (B) A avaliação da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico não são condições indispensáveis à progressão para o regime semi-aberto.
- (C) Em ação penal privada subsidiária da pública, reconhece-se a perempção, com a consequente extinção da punibilidade, no caso de o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- (D) O juiz pode determinar a providência cautelar de medida de segurança provisória de réu que vem a ser acometido de perturbação da saúde mental durante o curso da instrução penal.

35. Assinale a assertiva correta.

- (A) São cabíveis embargos infringentes pelo Ministério Público contra a decisão do Tribunal de Justiça que, por maioria, decide não reconhecer a incidência de qualificadora no delito de furto.
- (B) O *habeas corpus* tem natureza jurídica de recurso, pois é destinado a amparar quem sofrer ou se encontrar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir.
- (C) Os embargos declaratórios poderão ter efeitos infringentes sempre que a superação da contradição, omissão, ambigüidade ou obscuridade alterar a própria essência da decisão recorrida.
- (D) O *habeas corpus* pode ser interposto por qualquer pessoa, desde que possua capacidade para postular em juízo, não sendo admitido, portanto, quando ajuizado por menor de 18 anos ou incapaz.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

36. Em relação aos princípios do Direito do Trabalho, assinale a assertiva correta.

- (A) A Consolidação das Leis do Trabalho é silente em relação à possibilidade de sua aplicação.
- (B) De acordo com a doutrina majoritária, os princípios possuem tríplex função: interpretativa, aplicativa e normativa.
- (C) O empregado estável não pode renunciar à estabilidade no emprego, mesmo que seu pedido de demissão conte com a assistência do respectivo sindicato de classe ou mesmo que haja a extinção do estabelecimento.
- (D) Como condição para a aplicação da regra *in dubio pro operario*, é necessária a existência de dúvida quanto ao alcance da norma legal a ser aplicada, e esta aplicação não deve estar em desacordo com a vontade do legislador.

37. Em 17.08.05, um auditor-fiscal do trabalho no exercício legal de suas funções, ao inspecionar pequena empresa na qual trabalhavam três empregados regularmente registrados, encontrou uma quarta pessoa, com 15 anos de idade, no exercício da função de caixa e sem registro profissional. Indagado sobre sua situação na empresa, o menor informou que era sobrinho do dono, fato que restou devidamente comprovado, e que há 1 ano exercia diariamente suas funções no turno da tarde, uma vez que estudava pela manhã. Informou, também, que recebia por mês o equivalente a 2 salários mínimos mais o valor das passagens de ônibus para o deslocamento entre sua casa e o trabalho. Diante da situação exposta e considerando as normas positivadas pertinentes à espécie, qual deverá ser o procedimento do auditor-fiscal?

- (A) Autuar a empresa pelo descumprimento das normas trabalhistas, por manter no estabelecimento pessoa sem o devido registro profissional.
- (B) Autuar a empresa por descumprimento das normas trabalhistas e determinar a imediata cessação da prestação laboral, já que se trata de trabalhador com idade inferior ao limite admitido pela legislação.
- (C) Considerando a confirmação do vínculo de parentesco entre o menor e o empregador, reconhecer como válidas a vinculação e a forma da mesma, já que se trata de trabalho realizado em empresa do círculo familiar.
- (D) Autuar a empresa por descumprimento das normas trabalhistas e determinar a imediata regularização da situação empregatícia do menor.

38. O Sindicato dos Empregados na Construção Civil de determinada cidade celebrou acordo coletivo no qual se ajustou, em uma de suas cláusulas, a remuneração das horas extras com adicional de 80%. Os empregados de uma empresa que não participou do ajuste pretendem receber igual vantagem. Em face de tal circunstância, assinale a assertiva correta.

- (A) Todos os empregados da categoria profissional têm direito à vantagem concedida no acordo coletivo.
- (B) O acordo coletivo produz efeitos somente no âmbito das empresas que participaram do ajuste.
- (C) Em face da isonomia salarial, as empresas que constituem a categoria econômica são obrigadas a respeitar o pacto celebrado.
- (D) O acordo é nulo, pois, para ter validade, deveria ter sido celebrado entre sindicatos, isto é, de um lado o que representa a categoria profissional e, de outro, o que representa a categoria econômica.

39. Joana foi admitida em 01.01.05 para prestar serviços na residência da família Silva, em Porto Alegre. Suas tarefas compreenderiam limpeza geral das dependências da casa, pagamento em banco das contas pessoais dos membros da família e manutenção do jardim. Foi acertado que sua jornada de trabalho se estenderia das 8 às 18 horas, com 1 hora de intervalo, de segunda-feira a segunda-feira. Sua remuneração foi fixada em R\$ 600,00 mensais. Joana foi informada de que sua CTPS seria assinada e de que, em razão da natureza dos seus serviços, além do salário, receberia um 13º salário, a ser pago em 20.11.05. A família depositou, nos 3 primeiros meses de contrato, o FGTS de Joana, mas, a partir de então, suspendeu os depósitos com a alegação de ser facultativo ao empregador satisfazer tal verba. Em 26.08.05, Joana foi despedida. Ela teria direito, em eventual reclamatória trabalhista, a
- (A) repouso semanal remunerado, férias anuais (com o terço constitucional) e retomada dos depósitos do FGTS.
- (B) repouso semanal remunerado, férias anuais (sem o terço constitucional) e horas extras realizadas.
- (C) horas extras cumpridas com habitualidade, salário-família e retomada dos depósitos do FGTS.
- (D) repouso semanal remunerado, férias anuais (com o terço constitucional) e adicional de insalubridade, em razão da limpeza realizada nos sanitários da residência.
-
40. Frustrada a negociação coletiva, surge a oportunidade para eleição de árbitros. A eleição de árbitros
- (A) somente se viabiliza pelo consenso das partes.
- (B) é uma faculdade admissível somente em favor do sindicato dos trabalhadores.
- (C) é uma faculdade somente admissível em favor do sindicato patronal.
- (D) é obrigatória para legitimar o ajuizamento do dissídio coletivo.
-
41. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, considere as assertivas abaixo.
- I - Abrange todas as ações decorrentes de acidentes de trabalho.
- II - Restringe-se às ações decorrentes de relação de emprego nos termos da CLT.
- III - Abrange as ações que envolvam o sindicato e seus associados acerca da cobrança de contribuições sociais.
- Quais são corretas?
- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
-
42. Em 09.05.05, João Dantas ajuizou reclamatória trabalhista contra seu ex-empregador, reivindicando o pagamento de horas extras, equiparação salarial, adicional noturno e indenização pelo uso indevido de sua imagem por entender serem essas as violações ocorridas no pacto laboral no período de 10.03.03 a 20.12.04. Na petição inicial da referida ação, a qual tramita na 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, o autor deixou de indicar um paradigma. João já havia ajuizado ação em 17.01.05, a qual tramita na 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, postulando horas extras e adicional noturno. Nesta ação, em relação às horas extras, as partes firmaram acordo em 04.03.05, mediante petição nos autos, dando o ex-empregado quitação a essa pretensão, permanecendo a ação em curso em relação ao adicional noturno. Quais as possibilidades de defesa indireta processual e/ou de mérito a serem argüidas pela reclamada no processo que tramita na 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre?
- (A) Deverá ser argüido o indeferimento da petição inicial, por inépcia dos pedidos de horas extras, adicional noturno e equiparação salarial.
- (B) Deverão ser argüidas incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para apreciar indenização por uso indevido da imagem, por se tratar de direito da personalidade regulado pelo Código Civil, litispendência em relação ao pedido de adicional noturno e inépcia em relação à equiparação salarial.
- (C) Deverão ser argüidas compensação dos valores pagos a título de acordo em relação às horas extras, litispendência em relação ao pedido de adicional noturno e inépcia em relação ao pedido de equiparação salarial.
- (D) Deverão ser argüidas litispendência em relação ao adicional noturno, coisa julgada em relação às horas extras e inépcia quanto ao pedido de equiparação salarial.
-
43. Após sentença de embargos à execução, parcialmente procedentes, o reclamante interpôs agravo de petição. Em seu prazo, a empresa reclamada não só respondeu a este, como, simultaneamente, apresentou agravo de petição adesivo. O juiz da execução deixou de receber o recurso da reclamada, sob a alegação de que não cabe agravo de petição na forma adesiva. A decisão do juiz está
- (A) equivocada, e a reclamada deverá interpor mandado de segurança.
- (B) correta, e dela não cabe qualquer recurso.
- (C) equivocada, e a reclamada deverá interpor agravo de instrumento.
- (D) correta, mas cabe à reclamada interpor agravo de petição.
-
44. Reclamante distribuiu ação trabalhista que tramita sob o rito sumaríssimo, buscando o reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras e demais consectários legais. A sentença foi parcialmente procedente: o juiz reconheceu o vínculo, porém, quanto às parcelas trabalhistas reclamadas, deixou de deferir o pagamento de horas extras. Considerando que o reclamante tem interesse de buscar a reforma da sentença, deverá
- (A) recorrer através de recurso ordinário, no prazo de 10 dias.
- (B) recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho competente, no prazo de 8 dias.
- (C) necessariamente, antes de recorrer, apresentar embargos de declaração, no prazo de 5 dias.
- (D) recorrer à Turma Recursal Especial competente para julgar a espécie, no prazo de 10 dias.

45. A reclamada X e o reclamante Y celebraram acordo para pôr fim à reclamatória trabalhista em que são partes. Discriminaram o valor de cada uma das verbas integrantes do instrumento de transação. Esqueceram-se, porém, de apontar a natureza de tais verbas e de determinar a base de cálculo para apuração e recolhimento das contribuições previdenciárias. Estando satisfeitas as parcelas devidas ao reclamante e considerando a competência da Justiça do Trabalho para executar de ofício as contribuições previdenciárias decorrentes do acordo, o juízo determinou fosse relacionada, a cada uma das verbas da planilha abaixo, sua natureza e recolhidas as contribuições previdenciárias respectivas, sob pena de execução. Assinale, fazendo uso da tabela, a alternativa que apresenta corretamente a natureza de cada verba relacionada e o valor sobre o qual deverão incidir as contribuições previdenciárias.

	Parcela	Valor	Natureza
1	Saldo de salários	R\$ 1.500,00	
2	Adicional de insalubridade	R\$ 600,00	
3	Horas extras	R\$ 350,00	
4	Indenização de vale-transporte	R\$ 200,00	
5	Multa de 40% do FGTS	R\$ 1.000,00	

- (A) 1: salarial - 2: salarial - 3: salarial - 4: indenizatória - 5: indenizatória - R\$ 2.450,00
 (B) 1: salarial - 2: indenizatória - 3: salarial - 4: indenizatória - 5: salarial - R\$ 2.850,00
 (C) 1: salarial - 2: salarial - 3: indenizatória - 4: salarial - 5: salarial - R\$ 3.300,00
 (D) 1: indenizatória - 2: salarial - 3: salarial - 4: indenizatória - 5: indenizatória - R\$ 950,00

ÉTICA PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO

46. Assinale a assertiva correta de acordo com a Lei nº 8.906/94.

- (A) Reter abusivamente ou extraviar autos com vista ou em confiança sujeita o infrator à pena de censura.
 (B) A violação a preceito do Código de Ética e Disciplina sujeita o infrator à pena de suspensão.
 (C) A pena para a recusa, injustificada, de prestar contas ao cliente de quantias recebidas deste ou de terceiros por conta dele é de suspensão, a qual perdurará até que satisfaça integralmente a dívida, inclusive com correção monetária.
 (D) A pena de exclusão é aplicável, entre outros casos, após ter sido punido o advogado, por 2 vezes, com a pena de suspensão.

47. Considere as assertivas abaixo.

- I - A incompatibilidade determina a proibição parcial, e o impedimento, a proibição total do exercício da advocacia.
 II - O advogado será responsável pelos atos que praticar no exercício profissional exclusivamente quando agir com dolo.
 III - A incompatibilidade com o exercício da advocacia permanece mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente.
 IV - A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com a atividade militar de qualquer natureza, na ativa.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
 (B) Apenas I e II
 (C) Apenas II e III
 (D) Apenas III e IV

48. Assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) O anúncio dos serviços profissionais deve mencionar o nome completo do advogado e o número da inscrição na OAB, podendo fazer referência a títulos ou qualificações profissionais, especialização técnico-científica e associações culturais e científicas, endereços, horários de expediente e meios de comunicação, vedadas a sua veiculação pelo rádio e televisão e a denominação de fantasia.
 (B) O anúncio não deve conter fotografias, ilustrações, cores, figuras, desenhos, logotipos, marcas ou símbolos incompatíveis com a sobriedade da advocacia, sendo proibido o uso dos símbolos oficiais e dos que sejam utilizados pela Ordem dos Advogados do Brasil.
 (C) O advogado pode anunciar seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discricção e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, sendo permitida a divulgação em conjunto com outra atividade.
 (D) O advogado que eventualmente participar de programa de televisão ou de rádio, de entrevista na imprensa, de reportagem televisionada ou de qualquer outro meio, para manifestação profissional, deve visar a objetivos exclusivamente ilustrativos, educacionais e instrutivos, sem propósito de promoção pessoal ou profissional, vedados pronunciamentos sobre métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão.

49. Considere as assertivas abaixo.

- I - O cargo de conselheiro ou membro da diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerado serviço público relevante, inclusive para fins de disponibilidade e aposentadoria.
 II - Os Conselhos Seccionais da OAB, dotados de personalidade jurídica própria, têm jurisdição apenas sobre os respectivos territórios dos Estados-membros.
 III - Os Presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB são isentos do pagamento da contribuição anual, enquanto no exercício do cargo.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
 (B) Apenas II
 (C) Apenas II e III
 (D) I, II e III

50. Considere as assertivas abaixo.

- I - É direito do advogado ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais, respeitadas as exceções legais.
 II - O advogado pode retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 dias.
 III - É defeso ao advogado aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I e II
 (B) Apenas I e III
 (C) Apenas II e III
 (D) I, II e III